

# **EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.**

Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# **EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.**

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

## **Índice**

Relatório da administração.....	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	12
Balanços patrimoniais .....	16
Demonstrações do resultado.....	18
Demonstrações do resultado abrangente.....	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo .....	20
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	21
Demonstrações do valor adicionado .....	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	23



**EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.**

**Relatório da Administração 2025**



## Relatório da Administração 2025

**São Paulo (SP), 30 de março de 2026** – A EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra Lote 4”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

### **EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.**

EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. é uma sociedade por ações, de propósito específico, constituída em 05 de maio de 2025, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjuntos 23 e 24, 2º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo – SP.

A Companhia e sua controlada EPR Paraná S.A. (“EPR Paraná”) (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais.

### **EPR Paraná S.A.**

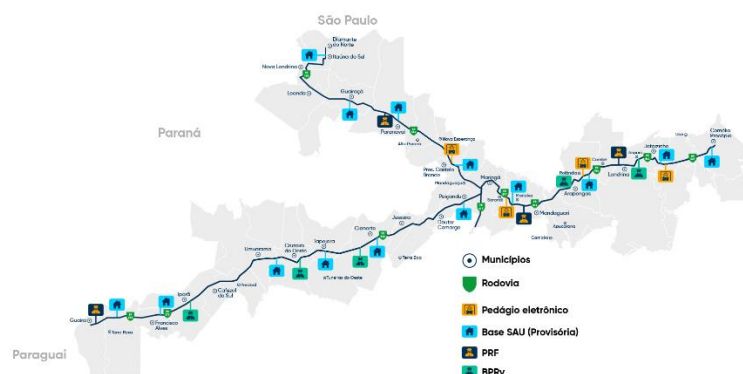
A EPR Paraná foi constituída em 05 de maio de 2025, a Companhia tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelas BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986, denominado “Lote 4 – Rodovias do Paraná”, conforme previsto no Edital de Concessão nº 03/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo contrato de concessão firmado em 05 de fevereiro de 2026 (“Contrato de Concessão”).

O Contrato de Concessão estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à Companhia o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

A principal fonte de receita da Companhia ocorrerá através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança tem início previsto para o ano de 2026. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual, tendo como data base do reajuste o mês de fevereiro, ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente.

O lote da concessão compreende a extensão de 628 quilômetros de malha, conectando regiões estratégicas como Londrina, Maringá, Umuarama, Cornélio Procópio e Guaíra. A concessão contempla 4 praças de pedágio já implantadas e convertidas em pedágios sem cancela – Free Flow e 5 novos Free Flow a serem implantados. Além disso, conta com 14 bases

operacionais provisórias, 2 pontos de parada e descanso (“PPDs”) e 2 postos de pesagem veicular a serem implantados.



## Grupo EPR

A EPR Participações S.A. (“EPR” ou “Grupo EPR”), acionista controladora direta da EPR Infra Lote 4, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná (“Grupo EPR”).

Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 (EPR Paraná) do estado do Paraná. A EPR Paraná firmou contrato de concessão no 1º trimestre de 2026.



## Destaques

### Capital social

Em 05 de maio de 2025, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas, sendo 99 ações do acionista EPR e 01 ação do acionista EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) ("EPR Engenharia S.O.").

Em 23 de dezembro de 2025, foram subscritas 404.999.000 ações sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 404,999 milhões. A integralização ocorreu parcialmente no montante de R\$ 201 milhões em 19 de janeiro de 2026 e o restante deve ser integralizado até 31 de março de 2027.

### Receita

A Companhia foi constituída em 05 de maio de 2025 e a prestação de serviços na controlada EPR Paraná, ainda não havia iniciado até 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, não houve reconhecimento de receita no período.

### Despesas administrativas

<b>Despesas Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>Consolidado 2025</b>
Serviços de terceiros	(381)
Com pessoal	(690)
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(1.071)</b>

Em 31 de dezembro de 2025, as despesas foram de R\$ 1,1 milhão, referentes a serviços de terceiros e com pessoal, relacionados à fase pré-operacional da controlada EPR Paraná.

### EBITDA

O EBITDA totalizou -R\$ 1,1 milhão no período findo em 31 de dezembro de 2025, em decorrência de a prestação de serviços ainda não ter sido iniciada no período.

EBITDA (R\$ mil)	Consolidado 2025
Receita líquida	-
Receita de construção	-
Receita Líquida Ajustada	-
Custos operacionais	-
Despesas operacionais	(1.071)
Custos de construção	-
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(1.071)
<b>EBIT</b>	<b>(1.071)</b>
Depreciação e amortização	-
<b>EBITDA</b>	<b>(1.071)</b>
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>0,0%</i>

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)	Consolidado 2025
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(1.071)</b>
(+) IR e CS - correntes e diferidos	-
(+) Resultado financeiro	-
(+) Depreciação e amortização	-
<b>EBITDA</b>	<b>(1.071)</b>

### Prejuízo do período

No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um prejuízo de -R\$ 1,1 milhão. Este prejuízo se deve ao fato da controlada EPR Paraná não ter iniciado a prestação de serviços no período.

### Eventos subsequentes

#### **Liberações de recursos e novas contratações de dívida**

Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R\$ 300 milhões foi integralizada em 19 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R\$111 milhões, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados a realização de aportes na controlada EPR Paraná. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de



juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029.

Em 16 de janeiro de 2026, a controlada EPR Paraná realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R\$ 550 milhões foi integralizada em 19 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R\$ 350 milhões, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados para realização de investimentos vinculados à execução do Contrato de Concessão. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029.

### **Capital social**

Em 19 de janeiro de 2026, a EPR Infra Lote 4 recebeu aporte recursos financeiros de seus acionistas, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 201 milhões, concluindo parcialmente a subscrição realizada pelos acionistas no dia 23 de dezembro de 2025.

### **Investimentos em controladas**

Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a integralização do capital social subscrito, parcialmente em R\$ 498 milhões, referente a 498.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, na controlada EPR Paraná.

### **Início das operações na controlada EPR Paraná**

Em 05 de fevereiro de 2026, a controlada EPR Paraná celebrou Contrato de Concessão com a ANTT. Em 10 de março de 2026, a EPR Paraná deu início à suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico sem a cobrança da tarifa de pedágio, fato previsto ainda para o ano de 2026.



## **Governança Corporativa**

### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

### **Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Relacionamento com a Auditoria Externa**

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados.

### **Declaração da Administração**

A Administração da EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.



## Demonstração de Resultado

<b>Demonstração do resultado (em R\$ mil)</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>2025</b>	<b>2025</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(1.071)
Equivalência patrimonial	(1.071)	-
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>	<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>



## Balço Patrimonial

<b>ATIVO</b>	<b>Controladora 2025</b>	<b>Consolidado 2025</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Controladora 2025</b>	<b>Consolidado 2025</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	Partes relacionadas	-	1.071
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.071</b>
			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
			Provisão para perda em controlada	1.071	-
			<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.071</b>	<b>-</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.071</b>	<b>1.071</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>		
			Capital social	1	1
			Prejuízos acumulados	(1.071)	(1.071)
			<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>	<b>(1.070)</b>	<b>(1.070)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>



## Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração do fluxo de caixa (em R\$ mil)	Controladora 2025	Consolidado 2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes dos tributos	(1.071)	(1.071)
Ajustes de:		
Equivalência patrimonial	1.071	-
Aumento dos passivos operacionais:		
Partes relacionadas	-	1.071
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social	1	1
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	1
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	1	1



**Shape the future  
with confidence**

Edifício Trade Tower  
Av. José de Souza Campos, 900  
1º andar - Nova Campinas  
13092-123 - Campinas - SP - Brasil  
Tel: +55 19 3322-0500  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos administradores e acionistas da  
**EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o período de 5 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 5 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 5 de maio (início das operações) a 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios



**Shape the future  
with confidence**

definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-027623/F

A handwritten signature in purple ink, enclosed within a purple oval. The signature appears to read 'José Antonio de Andrade Navarrete'.

José Antonio de Andrade Navarrete  
Contador CRC SP-198698/O

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>
<b>ATIVOS</b>	<b>explicativa</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	<u>1</u>	<u>1</u>
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<u><b>1</b></u>	<u><b>1</b></u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><b>1</b></u>	<u><b>1</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	7	-	1.071
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>-</b>	<b>1.071</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão para perda em controlada	6	1.071	-
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>1.071</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>1.071</b>	<b>1.071</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>			
Capital social	9	1	1
Prejuízos acumulados		(1.071)	(1.071)
<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>		<b>(1.070)</b>	<b>(1.070)</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</b>		<b>1</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

## Demonstrações do resultado

Período de 05 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
Despesas gerais e administrativas	10	-	(1.071)
Equivalência patrimonial	6	(1.071)	-
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	11	<b>(4.041,51)</b>	<b>(4.041,51)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Período de 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

---

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(1.071)	(1.071)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b><u>(1.071)</u></b>	<b><u>(1.071)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo

Período de 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado		
Constituição da Companhia em 05 de maio de 2025	9	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	9	405.000	(404.999)	1	-	1
Prejuízo do período		-	-	-	(1.071)	(1.071)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>		<b>405.000</b>	<b>(404.999)</b>	<b>1</b>	<b>(1.071)</b>	<b>(1.070)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2025</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo antes dos tributos		(1.071)	(1.071)
Ajustes de:			
Equivalência patrimonial	6	1.071	-
Aumento dos passivos operacionais:			
Partes relacionadas	7	-	1.071
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital social	9	1	1
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Período de 05 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reals)

		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	10	-	(381)
		-	<b>(381)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		-	<b>(381)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Equivalência patrimonial	6	(1.071)	-
		<b>(1.071)</b>	-
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>(1.071)</b>	<b>(381)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>(1.071)</b>	<b>(381)</b>
<b>Pessoal e encargos:</b>		-	<b>690</b>
Remuneração direta		-	603
Benefícios		-	54
FGTS		-	33
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>		<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>
Prejuízos acumulados		(1.071)	(1.071)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto operacional

EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. (“Infra Lote 4” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de propósito específico, constituída em 05 de maio de 2025, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjuntos 23 e 24, 2º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo – SP.

A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais.

### Segmento operacional

O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a diretoria que avaliou a natureza do ambiente em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade investimento na prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

### Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e o Grupo apresentavam excedente de passivos circulantes sobre os ativos circulantes e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 1.070. Na Companhia, o saldo é representado exclusivamente pelo saldo de provisão para perda em controlada, divulgado na nota explicativa nº 6, enquanto no Grupo é representado exclusivamente pelo passivo com partes relacionadas, divulgado na nota explicativa nº 7.

Como parte de sua estratégia de fortalecimento de estrutura de capital e suporte à continuidade operacional, em 16 de janeiro de 2026, o Grupo realizou, conforme divulgado na nota explicativa nº 14, a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com integralização do montante de R\$ 850.000 em 19 de janeiro de 2026, sendo R\$ 300.000 na Companhia e R\$ 550.000 na controlada Paraná.

Também em 19 de janeiro de 2026, houve uma integralização de capital social na Companhia no montante de R\$ 201.000, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

### Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato de concessão operado pelo Grupo prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

## 2. Entidades do Grupo

A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua principal atividade.

Controlada	Atividade principal	Contrato de concessão	Data do término da concessão	Participação	
				Participação	2025
EPR Paraná S.A. (i)	Concessão de rodovias	Nº 03/2025	fev/55	Direta	100%

(i) Constituída em 05 de maio de 2025, a Paraná tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelas BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986, denominado “Lote 4 – Rodovias do Paraná”, conforme previsto no Edital de Concessão nº 03/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo contrato de concessão firmado em 05 de fevereiro de 2026.

O contrato de concessão nº 03/2025 estabelece o prazo de 30 anos para a exploração do referido sistema rodoviário, conferindo à controlada o direito de prestar os serviços mencionados e de auferir receitas por meio da cobrança de tarifa de pedágio, bem como da exploração de receitas extraordinárias expressamente autorizadas pela ANTT, nos termos e condições contratuais.

Em 10 de março de 2026, a controlada deu início às suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico. A principal fonte de receita da controlada ocorrerá através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança tem início previsto para o ano de 2026. Os reajustes tarifários ocorrerão de forma anual, tendo como data base do reajuste o mês de fevereiro, ou em situações excepcionais, conforme previsto contratualmente.

O lote da concessão compreende a extensão de 628 quilômetros de malha, conectando regiões estratégicas como Londrina, Maringá, Umuarama, Cornélio Procópio e Guaíra. A concessão contempla 4 praças de pedágio já implantadas e convertidas em pedágios sem cancela – Free Flow e 5 novos Free Flow a serem implantados. Além disso, conta com 14 bases operacionais provisórias, 2 pontos de parada e descanso (PPDs) e 2 postos de pesagem veicular a serem implantados.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3. Base de preparação

### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 05 de maio de 2025, por esse motivo não estão sendo apresentadas as informações comparativas do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

### 3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

### 3.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

## 4. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

## 4.2 Investimento

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e sua controlada direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados.

O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia.

## 4.3 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

#### Ativos financeiros

No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

### (ii) Mensuração subsequente

#### Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias:

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

## Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

## (iii) Desreconhecimento

### Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### (iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

## 4.4 Redução ao valor recuperável (impairment)

### (i) Ativos financeiros não-derivativos

#### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

### (ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

## 4.5 Capital social

### (i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

### (ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

## 4.6 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

## 4.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## 4.8 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 4.9 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 4.10 Questões climáticas

O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

## 4.11 Eventos após o período do relatório

Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

## 4.12 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

### Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

## 4.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

## IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

## Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

## Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>
Caixa e contas bancárias	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Provisão para perda em controlada

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

<b>Investida</b>	<b>Controle</b>	<b>Participação 2025</b>	<b>Controladora 2025</b>
EPR Paraná S.A.	Controlada	100%	(1.071)
			<b>(1.071)</b>

A controlada foi constituída em 05 de maio de 2025, através de um capital social de R\$ 100,00 (cem reais).

### a) Movimentação do investimento

A movimentação do investimento em controlada é demonstrada abaixo:

<b>Controlada</b>	<b>Saldo inicial em 05/05/2025</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>2025</b>
EPR Paraná S.A.	-	(1.071)	(1.071)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.071)</b>	<b>(1.071)</b>

### b) Informações financeiras resumidas da controlada

#### (i) Balanço patrimonial

	<b>2025</b>
Ativo circulante	1
<b>Total do ativo</b>	<b>1</b>
Passivo circulante	1.072
<b>Total do passivo</b>	<b>1.072</b>
<b>Patrimônio líquido negativo</b>	<b>(1.071)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido negativo</b>	<b>1</b>

#### (ii) Demonstração do resultado

	<b>2025</b>
Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas	(1.071)
<b>Prejuízo operacional antes dos impostos</b>	<b>(1.071)</b>
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(1.071)</b>

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>
<b>Passivo circulante</b>	
<u>Partes relacionadas</u>	
EPR Iguaçú S.A. (a)	1.071
	<u>1.071</u>
<b>Total de passivos com partes relacionadas</b>	<u>1.071</u>

(a) Refere-se ao rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico, com o objetivo de realizar o rateio de estruturas e atividades administrativas comuns entre as partes e respectivos gastos, relativos aos departamentos e atividades

A movimentação das transações entre partes relacionadas é demonstrada no quadro abaixo:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 05 de maio de 2025	-	-
(+) Demais reembolsos de despesas entre partes relacionadas	-	1.071
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<u>-</u>	<u>1.071</u>

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do período de 05 de maio a 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.071)	(1.071)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>364</u>	<u>364</u>
Ajustes para alíquota efetiva		
Equivalência patrimonial	(364)	-
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	<u>-</u>	<u>(364)</u>
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u>0%</u>	<u>0%</u>

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 05 de maio de 2025, a Companhia foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$1,00 (um real), perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas, sendo 99 ações do acionista EPR Participações S.A. e 01 ação do acionista EPR Engenharia S.O. S.A.

Em 17 de novembro de 2025, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência de 24 ações ordinárias da acionista EPR Participações S.A. para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE.

Em 17 de novembro de 2025, conforme acordado entre os acionistas, foi realizada a transferência de 01 ação ordinária da acionista EPR Engenharia S.O. S.A. para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE.

Em 18 de novembro de 2025, foram subscritas 900 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 900 (novecentos reais), sendo 676 ações da acionista EPR Participações S.A. e 224 ações da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE. A integralização total ocorreu em 19 de dezembro de 2025.

Em 23 de dezembro de 2025, foram subscritas 404.999.000 ações sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 404.999, sendo 202.499.000 ações ordinárias, onde 152.076.749 são de propriedade da acionista EPR Participações S.A. e 50.422.251 são de propriedade da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE, e 202.500.000 ações preferenciais, onde 152.077.500 são de propriedade da acionista EPR Participações S.A. e 50.422.500 são de propriedade da acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura IE. A integralização ocorreu parcialmente em R\$ 201.000 em 19 de janeiro de 2026 e o restante deve ser integralizado até 31 de março de 2027.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 1.000 (mil reais) conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	2025		R\$ (em reais)	Percentual de participação	
	Quantidade de ações			Votante	Total
	Ordinárias	Preferenciais			
EPR Participações S.A.	152.077.500	152.077.500	751	75,10%	75,10%
Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE	50.422.500	50.422.500	249	24,90%	24,90%
	<b>202.500.000</b>	<b>202.500.000</b>	<b>1.000</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### Características das ações preferenciais

As ações preferenciais possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade na distribuição de dividendos, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei das S.A.; e (iii) farão jus a prioridade no reembolso do capital, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das S.A.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Custos e despesas por natureza

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>
<b>Custos e despesas</b>	
Com pessoal	(690)
Serviços de terceiros	(381)
<b>Total</b>	<b><u>(1.071)</u></b>
Despesas gerais e administrativas	(1.071)

## 11. Resultado por ação

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(1.071)	(1.071)
Média ponderada das ações ordinárias	265	265
<b>Resultado básico e diluído por ação – R\$</b>	<b><u>(4.041,51)</u></b>	<b><u>(4.041,51)</u></b>

## 12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a) Visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco regulatório

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

### Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b) Risco de crédito

O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<b>Consolidado</b>
	<b>2025</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

## c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O contrato de concessão da controlada Paraná estabelece o recurso vinculado como garantia às partes contratuais. Caso o saldo deste recurso seja insuficiente para cobrir os eventuais reequilíbrios, favoráveis ou não à controlada Paraná, outras formas de reequilíbrio deverão ser discutidas entre as partes.

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Partes relacionadas (Nota 7)	1.071	-	-	1.071
<b>Total</b>	<b>1.071</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.071</b>

## d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## e) Risco regulatório

O contrato de concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da controlada Paraná, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a controlada e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da controlada em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à controlada pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, por parte do poder concedente, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da controlada Litoral Pioneiro, inclusive os de natureza financeira, incluindo aqueles relacionados a mudanças na legislação tributária, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a controlada poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controlada poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controlada, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

## f) Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e credores.

### Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	Classificação	Consolidado 2025	
		Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2	1	1
<b>Passivo</b>			
Partes relacionadas (Nota 7)	2	1.071	1.071

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

## 13. Garantias e seguros

A controlada Paraná, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controlada mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Riscos cobertos	Consolidado		Limites de indenização
	2025		
	Vigência		
	Início	Vencimento	
Responsabilidade civil de obras	19/12/2025	19/12/2026	26.000

## 14. Eventos subsequentes

### a) Aspectos regulatórios

Em 05 de fevereiro de 2026, a controlada Paraná celebrou o "Contrato de Concessão nº 03/2025" com a Agência Nacional de Transportes ("ANTT"). Como condição para assinatura do contrato, no dia 30 de janeiro de 2026, foi pago R\$ 393.532 a título de recursos vinculados adicionais na conta de aporte.

Em 10 de março de 2026, a Companhia deu início às suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico sem a cobrança da tarifa de pedágio, fato previsto para o ano de 2026.

A partir da assinatura do contrato, a controlada Paraná firmou compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são:

- Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão;
- Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão;
- Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e
- Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No âmbito do contrato, a controlada assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (“EVTEA”), em R\$ 11.103.021, sendo R\$ 6.537.450 destinados à expansão e melhorias e R\$ 4.565.571 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 232 quilômetros de pistas, a implantação de 87 quilômetros de faixas adicionais, além de 135 Acessos, 39 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de Parada de Descanso.

Além do estabelecido acima, a controlada também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão:

- Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio);
- Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da Companhia em favor do poder concedente;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio).
- Mecanismo de mitigação do risco de receita: instrumento contratual que busca mitigar os impactos financeiros decorrentes da variação da receita estimada. Se a receita exceder o limite máximo previsto na banda de variação predefinida, a Companhia deverá compartilhar os ganhos com a ANTT.

A controlada também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão.

Por fim, a controlada deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	<u>R\$</u>
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no Programa de Exploração da Rodovia (“PER”)	459.073
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER até o final do 3º ano de concessão anterior ao encerramento do prazo original do contrato	229.076
Últimos 2 (dois) anos do prazo original do contrato	459.076

## b) Integralização de capital social

Em 19 de janeiro de 2026, houve a integralização parcial pela Companhia do capital social subscrito na controlada Paraná, em R\$ 498.000, referente a 498.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação.

Também em 19 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu aporte de seus acionistas, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 201.000, concluindo parcialmente a subscrição realizada em 23 de dezembro de 2025.

# EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## c) Liberações de recursos e novas contratações de dívida

Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R\$ 300.000 foi integralizada em 19 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R\$111.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados a realização de aportes na EPR Paraná. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029.

Também em 16 de janeiro de 2026, a controlada Paraná realizou à 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R\$ 550.000 foi integralizada em 19 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R\$350.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986 para realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 03/2025, celebrado com a ANTT. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029.

### **Diretoria**

José Carlos Cassaniga  
*Diretor Presidente*

Enio Stein Júnior  
*Diretor sem designação específica*

### **Responsável Técnico**

Lucas de Castro Maia  
*Contador CRC: MG-106304/O*